

**SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA DE 16/06/2015**

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Consulta ao Plenário quanto à manutenção do painel. Mantido o painel.

IV - ORDEM DO DIA

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Continuação da discussão e votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 182, de 2007, que altera os arts. 17, 46 e 55 da Constituição Federal, para assegurar aos partidos políticos a titularidade dos mandatos parlamentares e estabelecer a perda dos mandatos dos membros do Poder Legislativo e do Poder Executivo que se desfiliarem dos partidos pelos quais foram eleitos.

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Declaração de prejudicialidade dos Destaques nºs 10 e 28.

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Votação de requerimento de destaque para votação em separado do inciso III do § 8º oferecido ao art. 14 da Constituição Federal, por meio do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2015, com o objetivo de inseri-lo no substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 182, de 2007.

Usaram da palavra para discussão da matéria os Srs. Deputados ALBERTO FRAGA (DEM, DF), EDMILSON RODRIGUES (PSOL, PA).

Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado LEONARDO PICCIANI (Bloco/PMDB, RJ).

DOMINGOS NETO (PROS, CE - Pela ordem) - Proposta de acordo quanto à necessidade de cumprimento de prazo de carência para filiação partidária de policial militar com vistas à candidatura a cargo eletivo.



PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Resposta ao Deputado Domingos Neto.

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados SÁGUAS MORAES (PT, MT), DANIEL COELHO (PSDB, PE), CELSO RUSSOMANNO (Bloco/PRB, SP), ROGÉRIO ROSSO (PSD, DF), CAPITÃO AUGUSTO (PR, SP), RODRIGO MAIA (DEM, RJ), AFONSO MOTTA (PDT, RS), ZÉ SILVA (SD, MG), DANIEL ALMEIDA (PCdoB, BA), DOMINGOS NETO (PROS, CE), FERNANDO COELHO FILHO (PSB, PE), SANDRO ALEX (PPS, PR), EVANDRO GUSSI (PV, SP), CHICO ALENCAR (PSOL, RJ), LEONARDO PICCIANI (Bloco/PMDB, RJ), MORONI TORGAN (DEM, CE), ANDRÉ MOURA (Bloco/PSC, SE), MENDONÇA FILHO (DEM, PE), JULIO LOPES (Bloco/PP, RJ), JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB, PE), JOSÉ GUIMARÃES (PT, CE).

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado CHICO ALENCAR (PSOL, RJ).

NILSON LEITÃO (PSDB, MT - Como Líder) - Importância do julgamento, pelo Tribunal de Contas da União, das contas do Poder Executivo Federal. Críticas ao possível veto presidencial ao fim do fator previdenciário no Brasil.

Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PMDB, TO), VICENTINHO (PT, SP), REGINALDO LOPES (PT, MG).

CARMEN ZANOTTO (PPS, SC - Como Líder) - Agradecimento aos Parlamentares pelos votos favoráveis à proposição de cota para a representação feminina no Parlamento brasileiro. Convite aos Deputados para participação no Simpósio Nacional de Saúde, da Comissão de Seguridade Social e Família, em preparação à XV Conferência Nacional de Saúde. Repúdio ao crime de estupro contra jovens no Município piauiense de Castelo do Piauí. Inconformismo com a prática de violência contra a mulher.

HILDO ROCHA (Bloco/PMDB, MA - Pela ordem) - Repúdio a manifestação da Deputada Jandira Feghali no portal *UOL* sobre o caráter machista da Câmara dos



Deputados, em decorrência da rejeição da proposta de cota para representatividade feminina no Parlamento brasileiro.

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Encerramento da votação.

Aprovação do destaque e da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2015.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO:

SARNEY FILHO (PV, MA) - Denúncias de exploração irregular de madeira na Amazônia Legal. Encaminhamento de ofícios ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente — IBAMA, à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará, ao Ministério da Justiça e ao Ministério Público Federal, com vistas à tomada de providências de repressão à agressão ambiental e punição dos responsáveis. Importância de fortalecimento dos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente, das superintendências estaduais do IBAMA e das representações do Instituto Chico Mendes, para efetivo controle dos recursos florestais brasileiros. Necessidade de revisão da Lei nº 11.284, de 2006, chamada Lei de Gestão de Florestas Públicas, para aprimoramento dos instrumentos de controle florestal e da governança sobre o tema.

V - ENCERRAMENTO